

Por mais escandaloso que possa parecer, é cada vez maior a rejeição aos filmes de Glauber Rocha (1939-1981) nos cursos universitários de Cinema. Nalguns casos, passa-se a odiar este cineasta sem ao menos ter conferido uma de suas obras na íntegra. Nos tempos atuais, de fórmulas genéricas e clamor pela velocidade autotélica, a “estética da fome” é paulatinamente substituída por sua variação cosmética. E tudo isso, obviamente, tem muitíssimo a ver com a conjuntura (des)governamental chula em que vivemos, na qual os grandes educadores brasileiros são perseguidos por filiações ideológicas tachadas de nocivas pela corja malévola que beneficia-se do fomento à ignorância maciça da população. Tristes tempos nós vivemos...

A fim de que esta situação não seja hipertrofiada em sua malevolência, o conselho mais imediato é descumprir efetivamente as proibições gnoseológicas direcionadas por quem se beneficia da dificuldade de acesso ao saber alheio. E, neste sentido, assistir em grupo ao clássico “Deus e o Diabo na Terra do Sol” (1964) é um antídoto balsâmico ao jorro de crueldade administrativa supramencionado. Neste filme, uma das pedras angulares do Cinema Novo brasileiro, deparamo-nos enredisticamente com um embate de idéias e influências que diz muito sobre o comportamento vilanaz dos políticos atualmente no poder: ao invés das interdições, a autocrítica. Ao invés da rejeição, o embate.

Para quem ainda não viu o filme: logo no início, acompanhamos uma situação de tremenda injustiça envolvendo o vaqueiro Manuel (Geraldo Del Rey) e sua esposa Rosa (Yoná Magalhães), quando da partilha do gado com o fazendeiro para o qual ambos trabalham. Quatro reses morrem durante o trajeto e o vaqueiro é obrigado a assumir sozinho este prejuízo, o que motiva um surto de cólera que desencadeia um assassinato. Condenados a fugir pelo sertão, em situação de extrema penúria, o casal encontra em diferentes momentos dois antípodas cujos discursos de resistência possuem diversas similaridades: de um lado, o beato Sebastião (Lídio Silva), atualização sessentista das litânias fanáticas do líder religioso Antônio Conselheiro (1830-1897), que erigiu um arraial combatente na cidade baiana de Canudos, no final do século XIX; do outro, o cangaceiro foragido Corisco (Othon Bastos), assecla sobrevivente do bando de Lampião (1898-1938), continuador quase esquizofrênico do banditismo popularesco de seu líder. Entre um e outro, o matador contratado Antônio das Mortes (Maurício do Valle)...

Por mais que possua uma estrutura narrativa bastante desenvolvida, inclusive em instauração teleológica - com base no refrão da canção de Sérgio Ricardo que conduz a saga

de Manuel e sua esposa: “o sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão!” – este filme destaca-se qualitativamente como uma das mais bem-sucedidas aplicações dos moldes alegóricos no cinema brasileiro. Cada um dos personagens mencionados acima representa camadas populacionais que vão muito além das relações intradieéticas expostas: a seu modo, “Deus e o Diabo na Terra do Sol” diagnostica uma crise perene que assola o país, devidamente mantida pelos perpetradores institucionais da nação. Não por acaso, este filme foi lançado num momento desolador de nossa História: o ano em que foi deflagrado o golpe militar que se imiscuiu por 21 anos, e que periga voltar em forma assaz piorada. Mais que um personagem, Manuel, no filme, é uma metonímia do percurso à deriva de um povo que permite-se “desgraçar na esperança”, conforme Rosa tenta advertir-nos, mais de uma vez. O recado está mais que transmitido: autocrítica espectral é uma obrigatoriedade reativa!

Não por acaso, o filme posterior de Glauber Rocha eleva esta criticidade a uma abordagem que o insere enquanto problema-chave, visto que ele é cômico de seus privilégios distanciados de intelectual beneficiado: “Terra em Transe” (1967) é exatamente sobre isso. E, para o caso de reclamarem de um suposto hermetismo no discurso inicial, o próprio diretor concebeu uma espécie de continuação tramática das tentativas de redenção do personagem Antônio das Mortes em “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro” (1969), seu filme mais popular, estruturado como se fosse uma peça de cordel e amparado em cores berrantes e fortemente carregadas de intenções semióticas. Mas tudo isso é considerado tabu pelos legisladores de direita: obnubilar os clamores por entendimento do gênio Glauber Rocha é algo que serve plenamente aos seus propósitos, tanto quanto a absurda demonização dos escritos pioneiros do educador Paulo Freire (1921-1997).

No afã por se buscar um infinitésimo equilíbrio em meio ao apocalipse político que circunda o Brasil, fica a exortação do “benefício da dúvida”: ao invés de refutar cegamente aquilo que nos desagrada, convém enfrentarmos de frente o que instaura o dissenso, o que impulsiona a problematização do ‘status quo’, o que possui um viés ideológico aparentemente contrário à vertente que consideramos mais aplicável à realidade ao nosso redor. E, em mais de um aspecto, a revisão da obra-prima cinematográfica que atende pelo nome de “Deus e o Diabo na Terra do Sol” instaura-se como dever cívico e medida educacional basilar. Não ouvimos a voz de um dos personagens ecoar o ditame de que “mais fortes são os poderes do povo!” por mero capricho do cineasta. É um libelo, uma súplica, uma crença fundamental. E o filme a converte muitíssimo bem em rizoma artístico. Caso haja discordância neste encômio, a hora

de manifestá-la é agora. Reinstauremos o debate. Enquanto ainda podemos...